



# TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

339

## Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a AL

Celio Hiratuka

Maio 2018

# Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a AL

Celio Hiratuka <sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as mudanças recentes nas relações econômicas entre os países da AL e a China, à luz das transformações ocorridas na estratégia de desenvolvimento desta última no período pós-crise financeira global. Busca-se argumentar que em relação à primeira década do século XXI, as relações atreladas aos investimentos diretos, aos fluxos de financiamento e aos projetos de infraestrutura vêm ganhando maior importância e lançam novos desafios para região, além daquelas baseadas apenas nos fluxos comerciais.

**Palavras-chave:** Relações China AL; Investimento Direto; Comércio Internacional; Infraestrutura.

## Abstract

This paper aims to analyze the recent changes in economic relations between the Latin America and China in the context of the transformations occurred in the strategy of development of the latter in after the global financial crisis. It is highlighted that in relation to the first decade of the twenty-first century, the relationships linked to direct investments, financing flows and infrastructure projects are gaining greater importance, they present new challenges for the region.

**Keywords:** China-Latin America Relations; Foreign Direct Investment; Trade; Infrastructure.

**JEL** F5, F6.

## 1 Introdução

Desde o início do século XXI, as relações econômicas entre China e América Latina (AL) cresceram de maneira rápida, concentradas principalmente na dimensão comercial. Em uma década a China se tornou a principal parceira comercial para vários países da região. Em grande medida esse processo esteve associado ao padrão e à velocidade do desenvolvimento Chinês recente, que, devido ao fato de combinar os processos de urbanização e industrialização, foi extremamente intensivo na utilização de commodities minerais, metálicas e energéticas.

A demanda chinesa por commodities afetou os países da AL tanto diretamente quanto indiretamente, dado o efeito sobre os preços internacionais. Por outro lado a montagem de uma estrutura industrial com forte capacidade exportadora em vários setores industriais e a forte penetração nas importações dos países da região resultou em um padrão de comércio tipicamente inter-industrial, com as exportações para a China muito concentradas em produtos básicos, e por outro lado, com importações crescentes e em produtos industriais diversos.

Se as relações comerciais dominaram a atenção nas relações China-AL na primeira década deste século, mais recentemente outros vetores vêm ganhando mais peso. Os fluxos de investimentos

---

(1) Professor do Instituto de Economia da Unicamp.

diretos não apenas tem aumentado como tem apontado para mudanças importantes em seu perfil setorial, com os projetos de infraestrutura e os setores da indústria manufatureira ganhando mais importância.

Este artigo busca associar essas mudanças nas relações China-AL às transformações no padrão de desenvolvimento chinês, colocadas em prática em especial depois da grande crise financeira internacional de 2007/2008. O crescimento fortemente baseado na expansão dos investimentos, impulsionados pela articulação entre urbanização e industrialização, acabou resultando em excesso de capacidade em vários setores industriais chineses, acelerando a pressão pela saída de capitais e por mudanças em direção a uma economia menos dependente da realização de investimentos no mercado interno.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que se verificam novos vetores nas relações entre as duas regiões, os desafios e oportunidades também se renovam e exigem uma análise mais atenta de acadêmicos, dos formuladores de política e da sociedade civil.

O artigo está estruturado em mais três seções, além desta introdução. Na segunda seção são apresentados os traços gerais da mudança da estratégia Chinesa de desenvolvimento no período posterior à eclosão da crise financeira internacional de 2007/2008. A terceira seção busca destacar as relações econômicas com a AL, também com ênfase no período posterior à crise. Procura-se observar como essas mudanças refletem as alterações da estratégia chinesa traçadas na segunda seção. A análise se concentra principalmente nas relações de comércio e investimento, destacando, no caso dos investimentos, o aumento da importância dos investimentos em infraestrutura. Finalmente as considerações finais ressaltam alguns dos desafios colocados para os países da região a partir das duas seções anteriores.

## **2 Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global**

Esta seção tem como objetivo destacar as mudanças recentes na estratégia de desenvolvimento chinesa, em resposta tanto às mudanças observadas na economia mundial no período pós-crise como aos desdobramentos dessa própria estratégia. Em especial, merecem destaque as mudanças anunciadas no 13º Plano Quinquenal e pela *Belt and Road Initiative* (BRI), que estabelecem os pilares fundamentais para a transição planejada para uma economia “moderadamente próspera”, como destacado pelo planejamento Chinês.

Vale a pena lembrar os elementos centrais do padrão de crescimento anterior, de maneira a tornar mais clara como as mudanças recentes na estratégia chinesa buscam responder aos desdobramentos e contradições gerados por aquele padrão. Além disso, o seu entendimento permitirá analisar as relações observadas com as economias da AL de maneira mais aprofundada. Como será visto na seção seguinte, essas relações ocorreram marcadamente pelos canais do comércio exterior, enquanto a transição para a nova estratégia vem apresentando mudanças, com aumento da importância dos investimentos diretos, do financiamento e dos projetos de infraestrutura.

Em primeiro lugar, é importante destacar que a escala e a velocidade do desenvolvimento econômico chinês, superam qualquer experiência histórica anterior. Utilizando a base organizada por Angus Maddison, o McKinsey Global Institute (2012) ilustrou esse fato, mostrando que,

considerando o período de tempo para dobrar a renda per capita de US\$ 1.300 para US\$ 2.600<sup>2</sup>, a Inglaterra levou 154 anos (século XVIII e XIX), os Estados Unidos, 53 anos, a Alemanha, 65 anos (ambos na segunda metade do século XIX) e o Japão, 33 anos (segunda metade do século XX). Por sua vez, a população total de cada país no início do processo era de respectivamente 9, 10, 28 e 48 milhões de pessoas. Não apenas o desenvolvimento chinês iniciado no final do século XX, utilizando o mesmo critério, foi muito mais rápido (12 anos), como também partiu de uma escala em termos de população incomparavelmente maior (mais de 1 bilhão de habitantes).

Além da dimensão e da velocidade do desenvolvimento chinês, também é importante destacar o perfil e o padrão de seu crescimento. Como destacam Medeiros (2013), Protti (2015) e Medeiros e Cintra (2015), embora diversos autores destaquem a China como um exemplo de economia com crescimento liderado fundamentalmente pelas exportações<sup>3</sup>, desde o final do século XX, e com mais ênfase no início do século XXI, o dinamismo econômico da China esteve associado ao forte crescimento dos investimentos, com o planejamento estatal articulando os processos de urbanização e industrialização. A inserção exportadora e a demanda externa foram fundamentais para o início da inserção da China nas cadeias produtivas mais intensivas em mão-de-obra das indústrias tradicionais (têxtil, vestuário, calçados) e em algumas etapas do setor eletrônico.

A economia chinesa soube aproveitar o movimento de deslocamento de atividades manufatureiras ocorridas ao longo dos anos 1980 e 1990 para os países em desenvolvimento, para alavancar suas exportações e seu processo de desenvolvimento industrial, inicialmente com as etapas mais simples do processo de montagem dentro das cadeias das multinacionais, mas avançando rapidamente para etapas mais complexas e com participação crescente de empresas nacionais privadas e estatais. No entanto, do ponto de vista da dinâmica econômica, o setor externo teve papel mais importante como fonte de divisas para sustentar o crescimento econômico e evitar estrangulamentos externos e como mecanismo de transferência de tecnologia do que como fonte de demanda.

O dinamismo mais recente da economia chinesa esteve associado principalmente ao processo de urbanização e ao conjunto de transformações associadas às modificações de uma sociedade que no início das reformas iniciadas em 1978 tinha uma taxa de urbanização inferior a 20% e que chegou a 55% em 2015<sup>4</sup>. Considerando a taxa de urbanização de 35% em 2000, entre 2000 e 2015, a população urbana aumentou em 300 milhões de habitantes no período. Uma mudança dessa escala teve que ser acompanhada por grandes investimentos em infraestrutura para a expansão urbana e de interligação entre as grandes metrópoles, o que significou volumes gigantescos de investimento em construção civil, transporte, energia, telecomunicações e saneamento (Glaeser et al, 2017; Ansar et al, 2016<sup>5</sup>). Como já foi exaustivamente apontado<sup>6</sup>, essas mudanças foram elementos fundamentais

---

(2) Em dólares de paridade de poder de compra constantes.

(3) Ver, por exemplo Yao (2010), Guo e Diaye (2009).

(4) De acordo com dados do World Development Indicators/World Bank a partir de dados da United Nations Population Division's World Urbanization Prospects.

(5) Embora Ansar et al (2016) tenham uma visão crítica sobre o papel dos investimentos em infra-estrutura no crescimento chinês, seus dados apontam a influência sobre a formação bruta de capital e o papel dos bancos e das empresas estatais no processo.

(6) Ver por exemplo Farouki e Kaplinski (2012); McKinsey (2012). Gilbert (2010) destaca também a influência dos movimentos especulativos nos mercados financeiros sobre o preço das commodities.

para o crescimento da demanda e para a elevação de preços das commodities metálicas, minerais energéticas. Além disso, como ocorreu com aumento significativo da renda per capita, significou também mudanças importantes no padrão de consumo, afetando por este canal as commodities agrícolas e a demanda por alimentos.

Se por um lado a ampliação dos investimentos em infraestrutura representou uma demanda que afetou o mercado global através do aumento dos preços das commodities, por outro significou também o vetor que impulsionou o crescimento das grandes empresas, principalmente estatais, mas também privadas, responsáveis por atender ao crescimento da demanda e organizar os investimentos nos setores de energia elétrica, petróleo, telecomunicações, construção civil e transporte (Dittmer, 2017). Estes, por sua vez, transmitiram seus impulsos tanto para a indústria pesada nos setores de insumos básicos (petróleo, petroquímicos, cimento, vidro aço, alumínio), quanto para o de máquinas e equipamentos (máquinas rodoviárias, fabricações de trens e equipamentos de transporte, equipamentos de telecomunicações, etc.). Finalmente o forte crescimento da renda per capita e a alteração nos padrões de consumo estimularam o crescimento da indústria de duráveis, em especial o setor automotivo. Em outra ponta, os recursos para a urbanização e para o crescimento industrial eram mobilizados e canalizados para os investimentos através do sistema de crédito bancário organizado em torno dos bancos públicos de desenvolvimento.

Pode-se falar, portanto, em um círculo virtuoso coordenado pelo planejamento estatal onde a taxa de investimento suportou um processo de intensa mudança estrutural associado à urbanização, que por sua vez articulou a oferta de infraestrutura com forte expansão de capacidade e desenvolvimento industrial em setores da indústria pesada e de duráveis. Este movimento foi realizado sem abandonar as indústrias articuladas dentro das cadeias globais, como a indústria tradicional intensiva em mão-de-obra e outros setores e segmentos da indústria eletrônica e de máquinas e equipamentos.

Esse padrão foi reforçado após a crise financeira de 2007/2008, uma vez que a reação da política econômica chinesa estimulou ainda mais os investimentos, seja através do crédito, seja através de incentivos fiscais, de maneira a sustentar a taxa de crescimento. A estratégia Chinesa surtiu efeito, evitando uma redução drástica no seu crescimento, contribuindo ainda para sustentar os preços das commodities nos anos imediatamente posteriores à crise. No entanto, o agravamento da crise nos países, em especial na União Europeia a partir de 2011, tornou evidente a dificuldade para superação da crise global. O próprio crescimento da economia chinesa caiu abaixo de 8% em 2012, pela primeira vez no século XXI (Scherer, 2015; Paulino; Pires, 2016).

Neste contexto, a elevação da capacidade de produção, ao mesmo tempo em que a demanda mundial e a demanda interna apresentava redução, fizeram crescer fortemente a capacidade ociosa em diversos setores industriais. (Cintra e Pinto, 2017; Conti e Blikstad, 2017). O estudo do European Chamber (2016), detalha como a sobrecapacidade se elevou entre 2008 e 2014 em setores como Aço, Alumínio, Refino de Petróleo, Cimento, Vidro e Papel e Papelão, fruto dos fortes incentivos governamentais ao investimento, tanto nas esferas nacional quanto regional. O mesmo estudo chama atenção também para o aumento das tensões comerciais no mercado global derivadas da combinação de estagnação na demanda com as políticas agressivas de busca por mercado externos como forma de ocupar capacidade por parte das empresas chinesas.

Essas contradições aceleram as mudanças que vinham se ensaiando desde o 11<sup>o</sup> Plano Quinquenal, no sentido de buscar uma economia menos dependente dos investimentos e mais embasada no consumo, porém com taxas de crescimento menores. O sentido geral das mudanças aparece de maneira mais acabada no 13<sup>o</sup> Plano Quinquenal 2016-2020, aprovado pela Assembleia Nacional do Povo da China em março de 2016. Aglietta e Bai (2016), no entanto, destacam que discussões em torno de versões preliminares já vinham ocorrendo desde 2013.

O 13<sup>o</sup> Plano destaca que a China deve buscar enfrentar nos próximos anos um conjunto de desafios. O principal deles é avançar na transição para uma economia menos dependente da expansão em setores intensivos em capital para sustentar o crescimento em torno do nível considerado o “novo normal”, de 6,5% entre 2016 e 2020. Nessa transição, um grande peso é dado ao aumento das atividades inovativas, com a taxa de investimento em P&D programadas para atingir 2,5% em 2020.

Aglietta e Bai (2016), assim como Dittmer (2017) apontam as dificuldades associadas à consolidação deste novo padrão, cujo sucesso ou não, poderá ser observado apenas em um prazo mais longo. Os últimos dados disponíveis apontam ainda para a Formação Bruta de Capital Fixo respondendo por 42,9% do PIB chinês em 2016. Esta última informação aponta para uma redução, embora ainda pequena, em relação ao nível recorde alcançado em 2013 de 45,5%. O Consumo das famílias por sua vez aumentou de 36,6% do PIB para 39% no mesmo período. De qualquer maneira, o sucesso do planejamento chinês em administrar grandes mudanças nos períodos anteriores é motivo suficiente para acompanhar com atenção as mudanças planejadas para o futuro.

A preocupação com o aumento da capacidade inovativa e a redução da dependência de tecnologia sob controle estrangeiro também fica explícita no Plano China Manufacturing 2025, lançado em 2015 e incorporado ao 13<sup>o</sup> Plano Quinquenal. Além de estabelecer um conjunto de 10 setores (TI de nova geração, robótica, aeroespacial, equipamentos marítimos, equipamentos ferroviários avançados, eficiência energética veicular, equipamentos elétricos, equipamentos agrícolas, novos materiais e biofarmacêuticos e equipamentos médicos avançados) considerados chaves para o desenvolvimento futuro, o documento elenca um conjunto de metas, incluindo indicadores de inovação, patentes, qualidade dos produtos e redução de emissão de poluentes. Além de ser fundamental para elevar a produtividade e manter o aumento da renda per capita, o domínio dos princípios da inovação e a redução da dependência de tecnologia e conhecimento estrangeiro é considerada chave para viabilizar outras metas importantes incorporadas no 13<sup>o</sup> Plano Quinquenal. Por exemplo, a questão da mudança estrutural, com redução dos setores industriais mais intensivos em recursos e investimentos fixos e o aumento das indústrias e serviços mais sofisticados, além de transformações na agricultura para incorporar tecnologia e elevar a produtividade. O avanço tecnológico também é fundamental para enfrentar a questão dos impactos ambientais do crescimento chinês.

Outros pontos considerados fundamentais estão associados a: i) redução das desigualdades regionais e entre as áreas urbanas e rurais; ii) continuidade da redução da pobreza e a extensão dos sistemas inclusão social com serviços de saúde para toda a população; iii) redução dos níveis de emissão de poluentes e aumento dos instrumentos de controle, com a compatibilização de um desenvolvimento mais amigável ao meio-ambiente e incorporação de tecnologias “verdes”; iv) manutenção o equilíbrio e a garantia de resiliência do sistema bancário e das empresas estatais e com

a expansão da atuação das empresas e dos bancos chineses no exterior, de maneira a aumentar a internacionalização de sua moeda (Aglietta; Bai, 2016; Koleski, K., 2017).

Outro pilar da nova estratégia chinesa é a iniciativa *One Belt One Road*, também denominada *Belt and Road Initiative*. Trata-se de um ambicioso programa de longo prazo, voltado para o desenvolvimento de infraestrutura e para a promoção da conectividade da integração entre os continentes Asiático, Europeu e Africano. Foi anunciada pelos líderes chineses no final de 2013 em visitas ao Sudeste da Ásia e à Ásia Central, e tomou forma mais acabada em termos de suas iniciativas, prioridades e princípios gerais em um documento lançado em março de 2015<sup>7</sup>. Da mesma maneira que o Manufacturing 2025, a BRI também foi incorporada ao 13º. Plano Quinquenal.

A iniciativa está organizada em torno de dois eixos principais. O primeiro é o Cinturão Econômico da Rota da Seda (Silk Road Economic Belt), que busca reforçar as conexões da China com a Ásia Central e a Europa. Em torno da rota principal, no entanto, existem várias outras subrotas que, no conjunto, buscam interligar a China com o Mediterrâneo, passando pelo Golfo Pérsico, mas se estendendo também do Sul e Sudeste Asiático à Ásia Central e à Rússia. O Segundo é a Rota Marítima da Seda do Século 21 (*21st Century Maritime Silk Road*), que tem seu foco na conexão de vários portos da costa Chinesa até a costa da Europa, passando pelo Oceano Índico e pela costa leste da África (UNDP/CCIEE, 2017).

Ao mesmo tempo em que reflete uma estratégia de ter uma política externa mais ativa com objetivos geopolíticos de aumentar sua influência na região asiática, vários autores têm destacado os fatores geoeconômicos e os elementos internos da própria economia Chinesa por trás da iniciativa (Cai, 2017; Hong, 2017).

Uma primeira questão importante é justamente a necessidade de implementar uma estratégia capaz de manter um ritmo de crescimento para os níveis planejados no “novo normal”, administrando o ritmo de crescimento dos investimentos, aumentando a importância do consumo interno, e reduzindo a capacidade ociosa de vários setores.

A busca por incentivar novos projetos de investimento de infraestrutura representa diretamente oportunidades para que as grandes empresas chinesas possam continuar atuando e de maneira crescentemente internacionalizada, compensando a queda no ritmo de expansão no mercado interno da China, com mais projetos no exterior. Trata-se, portanto, de uma política que dá continuidade à estratégia de internacionalização das grandes empresas chinesas, iniciada no começo dos anos 2000, e que recebeu ainda mais impulso após a crise global (Silva, 2015).

Em um segundo momento a própria melhora da conectividade e a manutenção de uma taxa de crescimento saudável nos vizinhos regionais pode estimular o fluxo comercial, criando novos canais para a absorção da capacidade de produção da indústria chinesa. Em uma perspectiva de prazo mais longo, o crescimento da região asiática, poderia facilitar a mudança estrutural em direção a setores mais intensivos em conhecimento, aumentando o mercado para estes bens e possibilitando a própria transferência de capacidade produtiva em setores mais intensivos em capital fixo e em baixos salários para países em estágio de desenvolvimento menor. Outro aspecto destacado por Cai (2017)

---

(7) Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road. National Development and Reform Commission, 2015.

é a busca por ampliar a adoção de padrões tecnológicos chineses no exterior, fundamentais para ampliar espaços em setores de alta tecnologia, como por exemplo, em telecomunicações e TI e em trens de alta velocidade.

Outra motivação associada à BRI é a busca por reduzir as desigualdades regionais dentro da China. Apesar dos esforços do governo chinês para reduzir as disparidades regionais nos últimos anos, estas ainda permanecem importantes, com regiões no oeste da China com níveis muito menores de desenvolvimento do que nas províncias do leste e sudeste. Grande parte dos projetos envolvem regiões e províncias com menor nível de renda, como por exemplo, o corredor China-Paquistão, que deve ligar a cidade de Kashgar na província de Xinjiang ao Porto de Gwadar no Paquistão, envolvendo recursos de US\$ 46 bilhões (Pop, 2016; Cai, 2017).

Finalmente, é importante destacar também que a estratégia está articulada com a busca por maior protagonismo na esfera financeira, como resposta às lentas mudanças nas instituições financeiras multilaterais tradicionais. A criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS e do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB - *Asian Infrastructure Investment Bank*) em 2015 expressam essa preocupação. No caso do AIIB, com capital de US\$ 100 bilhões, e participação de cerca de 26% de capital subscrito pela China, apesar da resistência e da não adesão dos Estados Unidos e do Japão, 57 acabaram se tornando membro<sup>8</sup> (Scherer, 2015; Hong, 2017). O protagonismo da China na constituição do AIIB permite perceber como projetos dentro da BRI podem ser priorizados para receber recursos do banco.

Embora importantes, os fundos multilaterais não devem ser suficientes para cobrir as necessidades de financiamento dos projetos. As instituições chinesas devem ter papel fundamental de dar suporte aos investimentos. Além do fundo específico de US\$ 40 bilhões que começou a operar em 2015 (Silk Road Fund), o China Development Bank (CDB) deve ser o principal agente, tendo anunciado o levantamento de 900 projetos no âmbito da BRI em 60 países com valor total de US\$ 890 bilhões. O Expor-Import Bank of China, o Bank of China e o Industrial and Comercial Bank of China (ICBC) também devem ter um papel importante como fontes de financiamento (Cai, 2017).

A despeito das dificuldades envolvidas na iniciativa em razão do volume de recursos envolvidos, das necessidades de coordenação de projetos complexos e de longa maturação e que envolvem também complexas negociações regionais com países com diferentes graus de desenvolvimento econômico e institucional, e da necessidade de administrar aspectos geopolíticos também complexos, em especial na relação com os Estados Unidos, mas também com países como Japão, Índia e Rússia, é inegável que a BRI se constitui em pilar fundamental da nova estratégia de desenvolvimento e de projeção internacional da economia chinesa.

O conjunto de mudanças analisadas nesta seção permite perceber a busca por uma transição em direção a um novo padrão de crescimento, menos dependente dos investimentos intensivos em capital e mais eficiente no uso de recursos naturais, buscando ao mesmo tempo reduzir desigualdades sociais e regionais e ampliando a cobertura de serviços sociais à população. Ao mesmo tempo, a transição para este novo padrão envolve mudanças intensas na projeção internacional da economia

---

(8) No Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), a participação da China é de apenas 6,4%, enquanto o Japão tem 15,6% e os Estados Unidos 15,5%.

chinesa, onde a necessidade de reduzir a capacidade ociosa deve continuar a exercer efeitos importantes sobre o comércio exterior, porém com uma tendência desses fluxos no futuro estarem cada vez mais associados aos investimentos diretos e aos projetos de expansão de infra-estrutura no exterior.

### **3 Mudanças recentes nas relações AL – China**

Uma vez delineadas os pontos principais das mudanças recentes na estratégia de desenvolvimento da China, esta seção busca analisar seus impactos sobre os países da AL. Cabe observar que, como qualquer análise sobre a AL em conjunto, corre-se o risco de generalizações que desconsiderem a diversidade observada entre os países da região em termos de tamanho, evolução histórica, grau de desenvolvimento da estrutura produtiva, desenvolvimento institucional e diferenças na estrutura social. Ressalte-se então que a análise será realizada com um viés que tende a concentrar o foco nas maiores economias da região.

As relações econômicas da AL com a China ganharam relevância em especial a partir do início do século XXI. Em princípio, as relações estiveram concentradas no aspecto comercial, à medida que os fluxos dos diferentes países com a China apresentaram crescimento expressivo. Mais recentemente, as mudanças analisadas na seção anterior engendraram alterações nos próprios fluxos de comércio, assim como nos fluxos e no perfil dos investimentos chineses na região.

Com relação aos fluxos comerciais, a extensa literatura sobre o tema tem destacado que apesar do grande crescimento do comércio, se verificam diferenças substanciais no perfil dos fluxos de exportações e importações. Como observado na seção anterior, o padrão de crescimento Chinês liderado pelo investimento e combinando urbanização e industrialização, se refletiu por um lado em forte aumento de exportações de commodities, e por outro no aumento de importações de manufaturados. Neste ambiente externo favorável à exportação de commodities primárias, observou-se nas economias da AL, em especial naqueles mais ricos em recursos naturais, condições tanto para um crescimento mais acelerado quanto a viabilização de maior autonomia nas políticas econômicas. Ao mesmo tempo, as exportações de manufatura, embora crescentes, não aumentaram na mesma proporção, encontrando inclusive dificuldades para concorrer com a própria China. Mais do que isso, o próprio atendimento à demanda interna dos países da região passou a sofrer intensa competição com importados, se revelando no aumento dos coeficientes de importações, ameaçando o desenvolvimento produtivo interno e regional. A concorrência acirrada frente a competidores de terceiros países, em especial a China, tem se traduzido tanto em deslocamento por importações nos mercados internos, como também no deslocamento das exportações intra-regionais (Dussel Peters, 2016).

Dentro deste contexto, a preocupação com a China e seus impactos na AL deu origem a um conjunto amplo de análises. Estudos como o de Blázquez-Lidoy et al. (2006) e Lederman et al. (2009) ressaltam a complementaridade dos países da AL com a estrutura de exportação da China, o que seria uma evidência de que a China não estaria deslocando as exportações dos países latino-americanos, em especial aqueles mais especializados na exportação de commodities agrícolas, minerais ou energéticas. De outro lado, um conjunto de estudos, entre os quais se destacam, Lall e Weiss (2007); Jenkins et al. (2008); Jenkins e Dussel-Peters (2009); Gallagher e Porzecansky (2010), Bittencourt

(2012); Cepal (2015) e Dussel Peters (2016) enfatizam o crescimento da competição chinesa não apenas no mercado interno dos países da AL, mas também em terceiros mercados por meio de indicadores de *market share* e sobreposição das estruturas de comércio. Também é destacada a forte concentração em poucos produtos básicos, quando se observam as exportações, em contraste com um grau maior de diversificação de produtos manufaturados nas importações oriundas da China, configurando um comércio fortemente assimétrico.

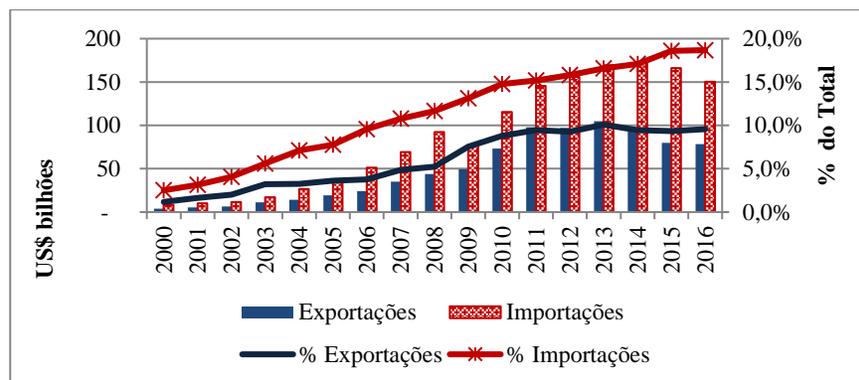
Além disso, esses autores enfatizam que se, por um lado os benefícios decorrentes das condições favoráveis para as exportações de commodities foram muito positivos, de outro, colocou-se a dificuldade de manter um setor industrial competitivo em uma situação de preços relativos favoráveis aos produtos primários e intensivos em recursos naturais.

Também considerando estudos que utilizaram estimativas baseadas em modelos gravitacionais, em geral foram encontrados efeitos importantes de deslocamento das exportações dos países da AL por parte da China. Hiratuka et al. (2012) buscaram avaliar o efeito da competição chinesa sobre as exportações dos países da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração) e de Brasil, Argentina, México e Uruguai, no mercado da própria ALADI no período 2000-2009. Os resultados confirmaram a hipótese de efeitos deslocamento importantes no mercado regional. Os resultados também indicaram que o México seria o país mais afetado pela competição chinesa, embora tenham sido encontradas evidências de deslocamento também para os demais países, principalmente para Brasil e Argentina. Em geral, o deslocamento das exportações ocorreu nos setores mais tradicionais como têxteis, vestuário e calçados, mas também em setores de maior conteúdo tecnológico, como químicos, máquinas e material elétrico e eletrônico. O mesmo resultado foi encontrado por Modolo e Hiratuka (2017) para o mercado mundial, embora os efeitos negativos da competição chinesa sobre os países em desenvolvimento da Ásia e sobre o México e Caribe tenham sido superiores aos observados para os países da América do Sul.

Considerando os desdobramentos mais recentes, um aspecto importante é que a desaceleração do crescimento da China e seus efeitos sobre o preço de commodities a partir de 2012 fez o ritmo de crescimento das exportações diminuir, passando a apresentar retração absoluta em 2014 e 2015. Considerando as exportações dos países da ALADI como *proxy* das exportações da AL para a China, é possível ver pelo gráfico 1 como entre 2013 e 2015, a queda no volume exportado para a China foi de cerca de US\$ 25 bilhões. Em termos relativos, a participação da China no total das exportações da região aumentou continuamente de 1,2% no ano 2000 para 9,5% em 2011. A partir daí, flutuou em torno deste patamar, chegando a 9,6% em 2016.

De outro lado, as importações continuaram aumentando até 2014, refletindo o esforço da economia Chinesa de buscar mercados externos como forma de redução da capacidade ociosa interna. A redução mais acentuada das importações ocorreu entre 2015 e 2016 (redução de cerca de US\$ 15 bilhões), já refletindo também a própria desaceleração das economias da região. Em termos relativos, porém, a participação das importações oriundas da China no total importado pela ALADI aumentou continuamente, passando de 2,5% em 2000 para 15,2% em 2011, e, ao contrário das exportações, continuou aumentando, atingindo 18,7% em 2016.

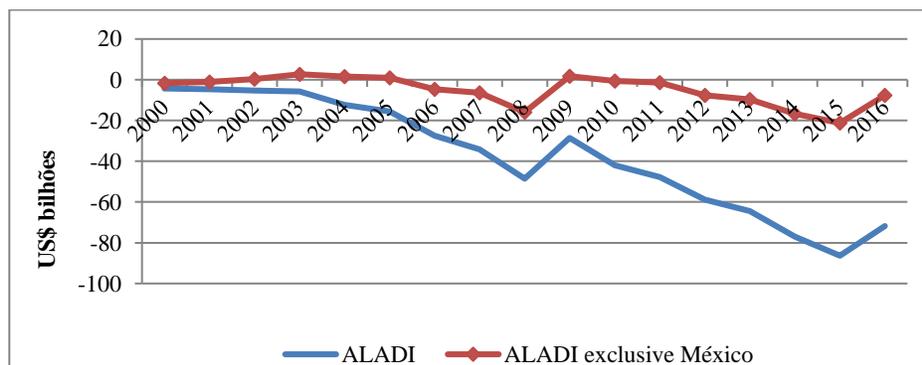
Gráfico 1  
Comércio Exterior da ALADI com a China. Em US\$ bilhões e % do total



Fonte: Unctad.

O resultado em termos de saldo comercial foi um déficit crescente da região com a China. Em grande medida, o déficit comercial da ALADI com a China esteve sempre associado ao grande saldo negativo exibido pelo México, em razão das importações de peças e componentes para montagem local e exportações para os Estados Unidos. O déficit do México continuou se aprofundando ao longo do período pós-crise, atingindo US\$ 63 bilhões em 2015. No entanto, mesmo excluindo o México, observa-se, em especial a partir de 2012, uma tendência de aumento dos déficits comerciais que só é reduzido em 2016, em razão da desaceleração econômica em vários países da AL. O Brasil teve forte influência no resultado uma vez que registrou em 2016 o segundo ano de forte recessão. Em quase todos os países, a tendência a partir de 2011 foi de aumento do déficit comercial ou redução do superávit, dado o maior crescimento das importações em relação às exportações.

Gráfico 2  
Saldo comercial dos países da ALADI e da ALADI exclusive México com a China. Em US\$ bilhões.



Fonte: Unctad

A Tabela 1 mostra como a China passou a ser, em 2015, ou o primeiro ou o segundo principal parceiro comercial de maioria dos países em termos de origem das importações. A posição em termos de destino das exportações, no entanto, é mais diversa. A China foi em 2015 o primeiro destino de exportações de Brasil, Chile e Peru e o segundo de Argentina e Uruguai. Em outros países, no entanto, a importância das exportações para a China é muito menor, como no Paraguai, Panamá, e mesmo Equador e Bolívia.

Tabela 1  
Posição da China e valor do comércio exterior com países da ALADI em 2015.  
Valor em US\$ milhões

	Importação			Exportação			Saldo
	2000	2015		2000	2015		2015
	Posição	Posição	Valor	Posição	Posição	Valor	
Argentina	4	2	11.743	6	2	5.174	-6.569
Bolívia	7	1	1.319	18	5	459	-860
Brasil	11	1	30.719	12	1	35.608	4.888
Chile	4	1	14.800	5	1	16.671	1.872
Colômbia	15	2	10.032	36	3	2.264	-7.769
Cuba	n.d	n.d	2.502	n.d	n.d	285	-2.217
Equador	129	2	4.074	120	6	723	-3.351
México	6	2	69.988	16	3	4.873	-65.115
Panamá	22	1	3.529	27	29	535	-2.994
Paraguai	3	2	2.417	13	40	42	-2.375
Peru	8	1	8.667	4	1	7.333	-1.334
Uruguai	10	1	1.747	4	2	1.068	-680
Venezuela	18	n.d	4.661	37	n.d	4.822	160

Fonte: Unctad.

A assimetria que se observa no perfil os fluxos comerciais entre AL e China se manteve, uma vez que as exportações continuaram concentradas em poucas commodities e as importações permaneceram bastante diversificadas em vários tipos de produtos industriais. Apesar dessa assimetria na estrutura dos produtos importados e exportados, excluindo o México, não se verificavam déficits comerciais muito elevados até 2011, uma vez o crescimento e diversificação das importações da China era compensado pelo aumento do volume e dos preços das exportações de commodities.

No entanto, a partir de 2012 inicia-se a queda no preço das commodities, ao mesmo tempo em que nos produtos manufaturados verifica-se um acirramento da concorrência internacional, dada a estagnação da demanda mundial, combinada com o excesso de capacidade na economia Chinesa, como visto na seção anterior.

Em especial para os maiores países da AL e que possuem uma estrutura industrial diversificada, o desafio de manter e fazer avançar esta estrutura para sustentar a geração de renda e emprego se tornou mais crítica neste cenário de competição acirrada, tanto pela forte concorrência nos mercados internos, quanto pelo deslocamento de exportações em terceiros mercados, em especial nos mercados da própria região, onde justamente predominam as exportações de produtos manufaturados relativamente mais sofisticados (Dussel Peters, 2016).

No caso dos investimentos diretos, também tem se verificado mudanças importantes. Aciolly et al (2011) e Santos e Milan (2014) enfatizam que o crescimento dos investimentos chineses no exterior constatada desde o início dos anos 2000 tiveram como objetivos: i) garantir o suprimento de matérias primas; ii) buscar novos mercados para produtos manufaturados; iii) adquirir tecnologia e ativos tecnológicos no exterior e iv) aumentar a influência no exterior, em especial na região asiática.

Como analisado na seção anterior, estes objetivos foram reforçados no período pós-crise, e ganharam novo reforço com os projetos articulados em torno da BRI.

As informações do MOFCOM (2016) mostram que a China se tornou em 2015 o segundo maior investidor global, com valor total de US\$ 145,7 bilhões representando 9,9% do total mundial, ficando atrás apenas dos Estados Unidos em termos de IDE realizado no exterior. Em 2015, pela primeira vez também, o IDE realizado pela China superou o valor recebido. Em termos de estoque, o país atingiu US\$ 1.097,9 bilhões, representando 4,4% do total mundial e ocupando a 8ª posição entre os maiores investidores globais.

Como pode ser visto na tabela 2, tanto o fluxo quanto o estoque de Investimento Direto realizado no exterior estão concentrados na Ásia, enquanto a AL aparece como segunda região mais importante, com 8,7% e 11,5% de participação no fluxo e no estoque de 2015, respectivamente.

Tabela 2  
China. Investimento Direto Realizado no exterior – 2015

Região	Fluxo		Estoque	
	Valor	%	Valor	%
Asia	108,4	74,4	769,0	70,0
AL	12,6	8,7	126,3	11,5
Europa	7,1	4,9	83,6	7,6
América do Norte	10,7	7,4	52,2	4,8
Africa	3,0	2,0	34,7	3,2
Oceania	3,9	2,7	32,1	2,9
Total	145,7	100,0	1097,9	100,0

Fonte: MOFCOM.

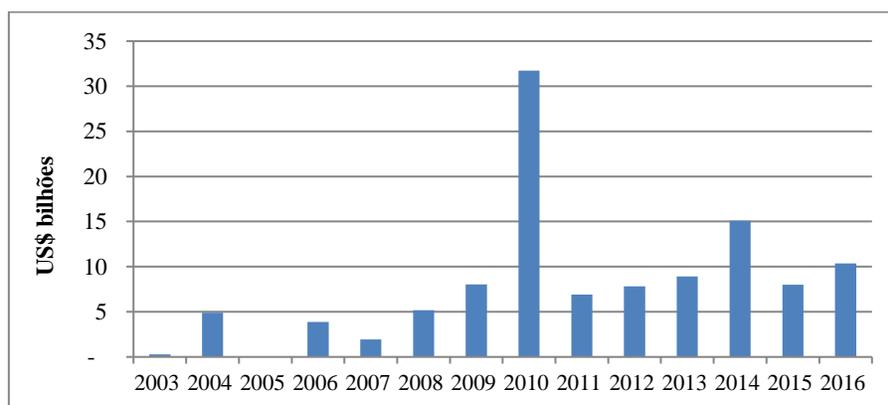
No entanto, os dados sobre o destino dos investimentos a partir do MOFCOM, sofrem distorções em razão da utilização de paraísos fiscais, que dificultam a verificação do destino final dos fluxos. No caso da AL, por exemplo, em 2015, 96% do fluxo destinado à região teve como destino as Ilhas Cayman e as Ilhas Virgens Britânicas.

A dificuldade detalhar informações por destino e setor a partir desses dados faz com que seja necessário buscar fontes alternativas. Neste trabalho, será utilizado a base Monitor OFDI da China na AL, organizada pela Rede Acadêmica da AL sobre a China (Red ALC-China), que reúne informações de diferentes fontes, cobrindo informações de anúncios de investimentos *greenfield* e fusões e aquisições<sup>9</sup>. Vale lembrar que muitas vezes o valor anunciado captado pela base não se refere à entrada efetiva de recursos, seja porque parte dos recursos podem ser financiados por instituições do país de destino, seja porque embora os investimentos sejam previstos para ocorrer ao longo de vários anos, o valor total pode ser captado em um único ano, ou ainda, porque parte dos investimentos anunciados não se realizem por algum motivo. Apesar dessas ressalvas, as informações podem ser utilizadas para observar as tendências gerais.

(9) As principais fontes compiladas pelo Monitor OFDI da China na América Latina são: China Global Investment Tracker, FDI Markets, Bloomberg e Thomson Reuters. A base de dados está disponível em <http://www.redalc-china.org/monitor/>.

Os dados do Gráfico 3 confirma a tendência de aumento da importância dos investimentos Chineses na AL a partir de 2008. Como destaca a Cepal (2015), no caso dos investimentos chineses direcionados para a AL, eles foram pouco significativos até a crise global e passaram a aumentar a partir de então. Embora o ano de 2010 tenha sido atípico, por conta da concentração de alguns grandes projetos como o investimento da Sinopec no Brasil (US\$ 7,1 bilhões), da China National Petroleum Corporation (CNPC) em Cuba (US\$ 4,5 bilhões) e da China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) na Argentina (US\$ 3,1 bilhões), os valores dos investimentos permaneceram em patamares elevados até 2016.

Gráfico 3  
Investimentos diretos anunciados pela China na AL. Em US\$ bilhões



Fonte: Red-ALC, Monitor OFDI da China na AL.

A distribuição setorial mostra também algumas tendências interessantes. Enquanto até 2010 os investimentos na indústria extrativa, em especial no setor de petróleo, mas também em minérios dominavam amplamente os valores investidos, concentrando 82% do total 39% das operações, entre 2011 e 2016 observou-se uma diversificação importante, com os setores de infraestrutura e as atividades na indústria de transformação ganhando importância (Tabela 3). Na área de infraestrutura, que respondeu por 35% do valor e por 15% das operações, o setor de energia elétrica foi a principal atividade, porém com atividades importantes também nos segmentos de comunicações, transportes e construção. A indústria manufatureira também ganhou relevância, chegando a 29% do total em termos de valor e respondendo por 57% das operações. No caso da indústria, os setores automotivo, eletroeletrônico e máquinas e equipamentos foram os mais importantes.

Tabela 3  
Distribuição setorial dos Investimentos Anunciados pela China na AL. Em US\$ milhões e %

Setor	2003-2010				2011-2016			
	Valor	%	Oper.	%	Valor	%	Oper.	%
Infraestrutura	2.336	4,2	5	4,8	20.323	35,6	30	15,3
Indústria	2.928	5,2	39	37,5	16.780	29,4	112	57,1
Extrativa	46.429	82,9	41	39,4	13.582	23,8	21	10,7
Serviços	24	0,0	2	1,9	2.648	4,6	15	7,7
Agropecuária	2.327	4,2	11	10,6	1.942	3,4	7	3,6
Financeiro	1.973	3,5	6	5,8	1.805	3,2	11	5,6
Total Geral	56.016	100,0	104	100,0	57.080	100,0	196	100,0

Fonte: Red-ALC, Monitor OFDI da China na AL.

É importante destacar também que o aumento recente dos investimentos chineses na região estiveram acompanhados pelo aumento dos financiamentos dos Bancos de Desenvolvimento Chineses, em especial do *China Development Bank* e do *China Ex-Im Bank*. As informações compiladas pela *China-Latin America Finance Database* registram um valor acumulado US\$ 141 bilhões pelos dois bancos chineses entre 2005 e 2016. De acordo com Gallagher (2016) as operações dos bancos chineses operam em setores complementares aos financiadores tradicionais, como a Banco Mundial e o BID, por estarem mais focados em grandes projetos no setor extrativo e de infraestrutura. Grande parte destes financiamentos estiveram associados a garantias de fornecimento de petróleo e tem características diferentes em relação às fontes tradicionais, por carregarem menos condicionalidades em termos de reformas políticas nos empréstimos, embora em muitos caso exista um “entendimento tácito” de que parte dos recursos dos projetos devem envolver empresas chinesas ou importações de fornecedores chineses.

Finalmente, uma última dimensão que merece destaque é o fato de que a maior parte dos investimentos realizados no exterior pelas empresas Chinesas no exterior está associada à empresas estatais. No caso específica da América Latina, Dussel Peters e Armony (2017) apontam que de 2003 a 2016, do valor total dos investimentos realizados pelas empresas Chinesas, as estatais responderam por 72,43%.

Esses novos vetores nas relações da China com a AL refletem as mudanças mais gerais da estratégia chinesa de desenvolvimento econômico e de projeção internacional (Paulino; Pires, 2016). Embora grande parte das atenções da BRI tenha focado nas interconexões com a Ásia, Europa e África, a AL não foi deixada de lado. Em grande medida, a evolução da política externa chinesa em relação à AL e sua evolução refletem o mesmo pano de fundo mais geral. Em 2008 o governo chinês lançou pela primeira vez um documento focado explicitamente nas relações com a AL: “China’s Policy for Latin America and the Caribbean”. O documento destacou o princípio geral de uma relação cooperativa, baseada na ideia de convivência pacífica e ganhos mútuos entre regiões com graus de desenvolvimento semelhantes. Este princípio geral ganhou mais concretude em 2014 e 2015. Em 2014, o presidente chinês Xi Jinping visitou Argentina, Brasil, Cuba e Venezuela. Apenas no Brasil, foram assinados 56 acordos de cooperação, principalmente em infraestrutura. No início de 2015, a China recebeu o primeiro Fórum China-CELAC, onde foi aprovado o plano de cooperação China-LAC 2015-2019 e a China prometeu aumentar o comércio com a AL para US \$ 500 bilhões e investir mais de US \$ 250 bilhões Até 2025.

O documento destaca 13 áreas temáticas, sendo que oito delas envolvem questões econômicas, a saber: Comércio, Investimentos e Financiamentos (III), Infraestrutura (IV), Energia e Recursos Naturais (V), Agricultura (VI), Indústria, Ciência e Tecnologia (VII), Educação e Capacitação de Recursos Humanos (VIII), Turismo (XI) e Proteção ao Meio Ambiente, Gestão de Riscos e Redução de Desastres, Erradicação de Pobreza e Saúde (XII).

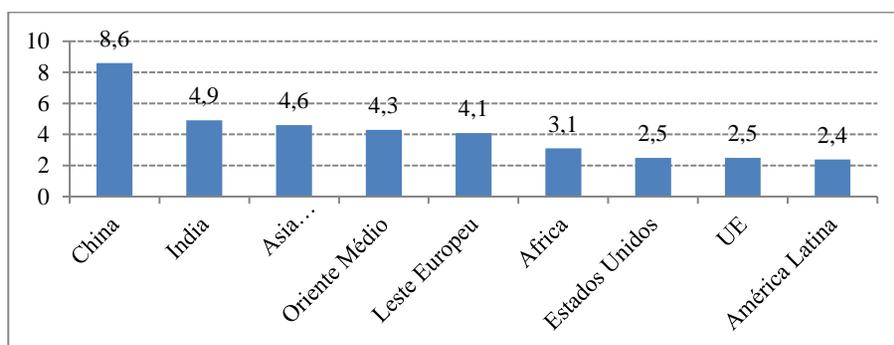
A questão dos aumentos dos investimentos não ser resume apenas à área III, mas envolve diversas outras áreas. A Área IV (Infraestrutura) destaca o objetivo de promover a cooperação em transportes, portos, estradas e instalações de armazenamento, logística de negócios, tecnologias de informação e comunicação, banda larga, rádio e televisão, agricultura, energia e eletricidade, habitação e desenvolvimento. A área V (Energia e Recursos Naturais) destaca as possibilidades de

cooperação em pesquisa e desenvolvimento tecnológico no uso sustentável de recursos naturais, cooperação e inversão em eletricidade, incluindo geração elétrica, transmissão elétrica de alta tensão, planejamento e desenvolvimento de recursos hídricos, biomassa e energia solar, geotérmica e eólica (Forum China-CELAC, 2015).

Do lado dos países da AL, o interesse nos investimentos chineses está relacionado ao fato de que os investimentos em infraestrutura são um problema crônico das economias da região. Desde a crise da dívida da década de 1980, durante o período de privatização e políticas mais liberais da década de 1990, os países da AL não tem conseguido recuperar níveis adequados de investimento nessa área. De fato, os projetos de infraestrutura, devido aos altos volumes de capital e longos períodos de maturação, requerem a mobilização de recursos pelos setores público e privado, a capacidade de detalhar projetos, realizar estudos de viabilidade e impactos ambientais e combinar fontes de financiamento, fatores que não puderam ser adequadamente mobilizados, nem mesmo durante a recuperação do crescimento permitida pelo ciclo de commodities.

Como pode ser observado no Gráfico 4, considerando o período 1992-2013, a porcentagem de investimentos da AL em infraestrutura esteve bem abaixo de outros países em desenvolvimento, como China e Índia, e de países desenvolvidos que já possuem uma infraestrutura avançada, como os Estados Unidos e União Europeia.

Gráfico 4  
Investimentos em Infraestrutura como porcentagem do PIB – Média 1992-2013



Fonte: McKynsey (2016).

Finalmente, no final de 2016, O ministério de relações exteriores da China lançou uma atualização do *Policy Paper on Latin America and Caribbean*. Ao mesmo tempo em que reafirma os princípios gerais do documento de 2008, algumas mudanças importantes podem ser percebidas, como por exemplo: i) a referência no campo das relações comerciais ao estímulo ao intercâmbio de produtos de alto valor adicionado e alta tecnologia; ii) a menção mais detalhada aos mecanismo de cooperação financeira como o Fundo de Cooperação China-ALC, o Fundo de Investimento para Cooperação Industrial China ALC e os empréstimos voltados para infraestrutura; iii) na área de cooperação em recursos e energia a referência à necessidade de envolver mais elos da cadeia produtiva como logística e equipamentos, de maneira a melhorar o valor adicionado dos produtos; iv) o reconhecimento dos projetos de infraestrutura, recursos e energia como base para aumentar as atividades industriais e de serviços locais (em materiais de construção, produtos metalúrgicos, máquinas e equipamentos, equipamentos ferroviários, equipamentos elétricos e de energia renovável, equipamentos de

telecomunicações, indústria automotiva e química) para aumentar o grau de industrialização, o nível de emprego promover o desenvolvimento econômico e social da região; e v) a inclusão da cooperação na área de tecnologia e inovação, com referência à indústria de tecnologia de informação, aviação, energia nuclear e novas fontes de energia, além da busca por parcerias em centros de P&D e parques tecnológicos.

Percebe-se, portanto, que a China tem uma visão clara sobre o futuro das relações com a AL, visão esta que está articulada com a estratégia mais geral de desenvolvimento econômico e de expansão de sua projeção global. O desafio que se coloca para a AL, para cada um dos países individualmente e também para a região em conjunto, está em como aproveitar de maneira efetiva os espaços de cooperação abertos pela nova estratégia chinesa para a região. Nas considerações finais a seguir, são traçados alguns breves comentários sobre esta questão.

### **Considerações finais**

As relações econômicas entre AL e China têm evoluído de maneira rápida e passado por modificações importantes, refletindo as transformações na estratégia de desenvolvimento chinesa.

Do ponto de vista comercial, as transformações no período pós-crise resultaram em redução no ritmo de crescimento das exportações em razão da queda dos preços de commodities, derivados da crise global e da diminuição do ritmo de crescimento da economia chinesa. De outro lado, o acúmulo de capacidade ociosa e a estagnação da demanda mundial fez com que as importações provenientes da China continuassem aumentando, sendo interrompidas apenas pela forte desaceleração nas economias da região no período mais recente.

Essa situação explicitou a fragilidade de uma inserção excessivamente concentrada em commodities. Embora o processo de urbanização chinês não tenha ainda se esgotado, é difícil esperar que os preços voltem aos patamares atingidos no auge do boom, e o ritmo de crescimento do volume importado também deve ser muito menor. Por outro lado, a capacidade ociosa ainda é elevada não apenas na economia chinesa, mas em grande parte das principais economias do mundo. A estratégia da China de canalizar investimentos em infraestrutura e transferir capacidade produtiva para as regiões envolvidas na BRI pode aliviar a situação do país, mas fazer surgir outros competidores industriais na Ásia que podem continuar a empurrar a AL para um papel de exportadora de commodities e importadora de produtos manufaturados.

Em especial para os países maiores na AL, deve persistir o desafio de implementar estratégias e políticas de desenvolvimento produtivo que busquem manter uma estrutura produtiva mais diversificada e com atividades mais sofisticadas e capazes de sustentar o aumento do emprego, da produtividade e dos níveis de renda da população e tornando também a estrutura de exportações mais diversificada.

Quanto aos novos vetores de expansão das relações Chinesas com a AL, a caracterização realizada neste artigo indica que existe potencial para o surgimento de novas oportunidades. Foram apontados indícios de que os investimentos e os mecanismos de financiamento de fontes chinesas podem passar a ter maior peso em atividades de infraestrutura e industriais, sendo menos focadas nas atividades de extração mineral e petróleo. A diversificação setorial dos investimentos tenderia a

reforçar menos do que no passado a inserção exportadora focada em commodities, além de ter o potencial de contribuir para melhorar a infra-estrutura e para diversificar as atividades industriais na região. No entanto, esses benefícios potenciais não se tornarão concretos de maneira automática.

Ao contrário, exigem a definição de uma estratégia clara para articular esses novos vetores de interesse chineses com o desenvolvimento dos próprios países da AL. Até porque, o artigo buscou apontar que a China tem bastante clareza sobre seus interesses na relação com a AL, consubstanciados no Policy Paper lançado em 2008 e atualizado em 2016. A resposta por parte dos países da região deveria passar por um maior esforço de entendimento dos objetivos e da particularidade da forma de atuação das empresas chinesas, além de construir e/ou aperfeiçoar mecanismos que maximizem os efeitos positivos em termos de geração de emprego, de vínculos com cadeias produtivas domésticas e de geração de *spillovers* tecnológicos, além de procurar mitigar possíveis efeitos negativos em termos de impactos ambientais. A ausência desta estratégia, por outro lado, pode significar aumento de investimentos, porém com cadeias produtivas esvaziadas, elevação de conteúdo importado, escassos efeitos de encadeamentos locais e transbordamentos tecnológicos, pouca geração de emprego e efeitos ambientais negativos.

Também seria importante aperfeiçoar mecanismos de coordenação entre os países da região, de maneira a promover projetos que possam aumentar a integração física, energética e produtiva entre os países da região e o comércio intra-regional, e evitar disputas que signifiquem guerra de incentivos ou por degradação de regras ambientais ou trabalhistas para atração de investimentos.

Cabe destacar, no entanto, as dificuldades existentes para a implementação de uma estratégia mais assertiva por parte dos governos dos países da AL, de modo a aproveitar as oportunidades e minimizar os riscos associados à estratégia chinesa. Persistem ainda fragilidades importantes em termos institucionais para coordenar ações e políticas para o desenvolvimento produtivo e estruturação de projetos de infraestrutura, mobilizar fontes de financiamento e fomentar atividades inovativas. No âmbito regional e supra-nacional, as instâncias de coordenação e cooperação também são frágeis. E finalmente, persiste e parece ganhar corpo na região uma ideia oposta à verificada na China. O papel do Estado enquanto coordenador e articulador de ações privadas, ou atuando estrategicamente através de bancos públicos e empresas estatais, é encarado com desconfiança, ao mesmo tempo em que existe uma crença exacerbada de que a política de desenvolvimento deve se limitar a criar as condições propícias para a atuação livre dos atores privados.

### **Referências bibliográficas**

ACIOLY, L.; COSTA PINTO, E.; CINTRA M. A. M. China e Brasil: oportunidades e desafios. In: LEÃO, R.; ACIOLY, L.; COSTA PINTO, E. *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: IPEA, 2011.

AGLIETTA, M.; BAI, G. China's 13th five-year plan. In: pursuit of a "moderately prosperous" society. *CEPII Policy Brief*, n. 12, Sep. 2016.

ANDERSON, J. Is China export-led? Global economic research. *UBS Investment Research Asian Focus*, 2007.

ANSAR, A; FLYVBERG, B.; LUNN, D. Does infrastructure investment lead to economic growth or economic fragility? Evidence from China. *Oxford Review of Economic Policy*, v. 32, n. 3, p. 360-390, 2016.

BITTENCOURT, G. (Org.) *El impacto de China en AL: comercio e inversiones*. Serie Red Mercosur, n. 20, 2012.

BLAZQUEZ-LIDOY, J.; RODRÍGUEZ J.; SANTISO, J. Angel or devil? China's trade impact on Latin American emerging markets. *OECD Development Centre Working Paper*, n. 252, Paris: OECD, 2006.

CAI, P. Understanding China's belt and road Initiative. *Lowy Institute for International Policy*, Mar. 2017.

CEPAL. *La AL y el Caribe y China: hacia una nova era de cooperación económica*. CEPAL, Santiago de Chile, 2015.

CHINA MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *China's policy paper on Latin America and the Caribbean*. 2016. Disponível em: [http://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjdt\\_665385/2649\\_665393/t1418254.shtml](http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/t1418254.shtml).

CHINA MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *China's policy paper on Latin America and the Caribbean* 2008. Disponível em: [http://www.gov.cn/english/official/2008-11/05/content\\_1140347.htm](http://www.gov.cn/english/official/2008-11/05/content_1140347.htm).

CINTRA, M. A. M.; PINTO, E. C. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, v. 37, n. 2 (147), p. 381-400, abr/jun, 2017.

COATES, B.; HORTON, D.; MCNAMEE, L. China: prospects for export-driven growth. *Economic Roundup Issue*, n. 4, 2012. Disponível em: [www.treasury.gov.au/publicationsandmedia/publications/2012/economic-roundup-issue-4/html/article4](http://www.treasury.gov.au/publicationsandmedia/publications/2012/economic-roundup-issue-4/html/article4).

CONTI, B.; BLIKSTAD, N. *Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que querem que sejamos e o que queremos ser.*, 2017. (Texto para Discussão, IE/Unicamp, n. 292).

DUSSEL PETERS, E. *La Nueva relacion comercial de America Latina y el Caribe con China. Integración o desintegración regional?* 1 ed. Cidade do México: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe, 2016.

DUSSEL PETERS, E. The omnipresent role of China's public sector in its relationship with Latin America and the Caribbean. In: DUSSEL PETERS, E.; ARMONY, A. (Coord). *Beyond raw materials who are the actors in the Latin America and Caribbean-China relationship?* Buenos Aires: Nueva Sociedad; Buenos Aires: Friedrich-Ebert-Stiftung; México DF: Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China; Pittsburgh: University of Pittsburgh. Center of Latin American Studies, 2015.

DUSSEL PETERS, E.; ARMONY, A. Efectos de China en la cantidad y calidad del empleo en América Latina y el Caribe. *OIT Américas Informes Técnicos*, n. 6, 2017.

- DITTMER, L. Xi Jinping's "new normal": Quo Vadis? *Journal of Chinese Political Science*, v. 22, p. 429-446, 2017.
- FAROOKI, M.; KAPLINSKY, R. *The impact of China on global commodity prices*. New York, Routledge, 2012.
- GALLAGHER, K.; PORZECANSKI, R. *The dragon in the room. China and the future of Latin American industrialization*. Stanford University Press, Stanford. 2010.
- GALLAGHER, K. *The China triangle*. Nova York: Oxford University Press, 2016.
- GILBERT, C. Speculative influence on commodity future prices 2006-2008. *Unctad Discussion Papers*, n. 197, 2010.
- GLAESER, E.; HUANG, W. MA; SHLEIFER, A. A real estate boom with Chinese characteristics. *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 1, p. 93-116, 2017.
- GUO, K.; DIAYE, P. Is China's export oriented growth sustainable? Aug./ 2009. (IMF Working Paper, WP/09/172).
- EUROPEAN CHAMBER. Overcapacity in China: an impediment to the party's reform agenda. *European Union Chamber of Commerce in China*. Roland Berger, 2016.
- FORUM CHINA-CELAC. *Cooperation plan (2015-2019)*. Disponível em [http://www.chinacelacforum.org/eng/zywj\\_3/t1230944.htm](http://www.chinacelacforum.org/eng/zywj_3/t1230944.htm).
- HIRATUKA, C.; CASTILHO, M. R.; SARMENTO, K.; MÓDOLO, D. B.; CUNHA, S. F. Avaliação da competição comercial chinesa em terceiros mercados. In: BITTENCOURT, G. (Org.) *El impacto de China en AL: comercio e inversiones*. (Serie Red Mercosur, n. 20, 2012).
- HONG, Y. Motivation behind China's 'one belt, one road' initiatives and establishment of the Asian infrastructure investment bank. *Journal of Contemporary China*, v. 26, n. 105, p. 353-368, 2017.
- JENKINS, R. Measuring the competitive threat from china for other southern exporters. *The World Economy*, v. 31, n. 10, p. 1351-1366, 2008.
- JENKINS, R.; PETERS, E. D. (Org.) *China and Latin America: economic relations in the twenty-first century*. Bonn: German Development Institute, 2009.
- KOLESKI, K. The 13<sup>th</sup> Five Year Plan. US-China economic and Security Review Commission. Staff Resarch Report. Feb. 2017. Disponível em: [https://www.uscc.gov/sites/default/files/Research/The%2013th%20Five-Year%20Plan\\_Final\\_2.14.17\\_Updated%20%28002%29.pdf](https://www.uscc.gov/sites/default/files/Research/The%2013th%20Five-Year%20Plan_Final_2.14.17_Updated%20%28002%29.pdf).
- LALL, S.; WEISS, J. China and Latin America: trade competition 1990-2002. In: SANTISO, J. (Org.) *The visible hand of China in Latin America*, OECD, 2007.
- LEDERMAN, D.; OLARREAGA, M.; PERRY, G. E. China's and India's Challenge to Latin America: opportunity or threat? Washington, DC: World Bank, 2009.
- McKYNSEY GLOBAL INSTITUTE. *Bridging global infrastructure gaps*. Mackynsey & Company, MGI, 2016.

McKYNSEY GLOBAL INSTITUTE. *Urban world: the cities and the rise of consuming class*. McKinsey & Company, 2012.

MODOLO, D. B.; HIRATUKA, C. The impact of Chinese competition on third markets: an analysis by region and technological category. *Development Policy Review*, v. 35, p. 797-821, 2017.

MINISTRY OF COMMERCE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA – MOFCOM. 2015 *Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment*. Beijing, 2016.

MEDEIROS, C. A.; CINTRA, M. R. V. P. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. *Revista de Economia Política*, v. 35, n. 1 (138), p. 28-42, jan./mar. 2015.

MEDEIROS, C. A. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: *Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia*. Brasília, DF: CGEE, 2013.

NATIONAL DEVELOPMENT AND REFORM COMMISSION, MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, AND MINISTRY OF COMMERCE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, *Vision and actions on jointly building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road*, 2015.

PAULINO, L.; PIRES, M. As relações entre China e AL frente ao novo normal da economia chinesa. *Revista Economia e Políticas Públicas*, v. 4, n. 1, 1. sem. 2016.

POP, I. L. Strengths and challenges of China's "One belt, One road" initiative. centre for geopolitics & security in realism studies. Feb., 2016.

PROTTI, A. T. *China: uma análise do papel das exportações e do investimento doméstico para o modelo de desenvolvimento econômico no período recente*. Tese (Doutorado)–Instituto de Economia da Unicamp, IE/UNICAMP, Campinas, 2015.

RED ALC-CHINA. *Monitor de la OFDI de China en AL y el Caribe*. Disponível em <http://www.redalc-china.org/monitor/informacion-por-pais/busqueda-por-pais/80-america-latina-y-el-caribe>.

SCHERER, A. L. F. A nova estratégia de projeção geoeconômica chinesa e a economia brasileira. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba: IPARDES, v. 36, n. 129, jul./dez. 2015.

SANTOS. L.; MILAN. M. Determinantes dos investimentos diretos externos chineses: aspectos econômicos e geopolíticos. *Revista Contexto Internacional*. v. 36, n. 2, p. 457-486, jul./dez. 2104.

SILVA, S. T. Los patrones de internacionalización china en once años del proyecto Going Global. In: DUSSEL PETERS, E. *AL y el Caribe y China economía, comercio e inversión 2015*. Red Académica de AL y el Caribe sobre China. Cidade do México, 2015.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME / CHINA CENTER FOR INTERNATIONAL ECONOMIC EXCHANGES. *The belt and road Initiative*. A new means to transformative global governance towards sustainable development. Beijing, 2017.

YAO, Y. The double transition and China's export-led growth. *The pacific trade and development (PAFTAD) Conference Series*, 2010. Disponível em: [http://paftad.org/files/34/01\\_YANG%20YAO\\_Growth.pdf](http://paftad.org/files/34/01_YANG%20YAO_Growth.pdf).